



Na Mídia

31/07/2025 | [Valor Econômico](#)

Alto custo dos equipamentos e complexidade dos processos de outorga limitam a expansão da área irrigada

As mudanças climáticas tornam a irrigação ainda mais estratégica, mas há o desafio de se equilibrar a destinação da água entre todos os usos, evitando exaurir o recurso

Carmen Nery

As dificuldades de acesso à água, o rigor e a demora na concessão da outorga de uso e o alto custo dos equipamentos têm limitado uma expansão mais vigorosa da irrigação no Brasil. As mudanças climáticas tornam mais estratégica a irrigação, mas há o desafio de se equilibrar a destinação da água entre todos os usos, evitando exaurir o recurso.

Em 2022, o Atlas de Irrigação, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), apurou uma área de 8,6 milhões de hectares irrigados no ano-base 2020 — Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Bahia e Rio Grande do Sul são os Estados à frente. Os dados mais atualizados são as projeções de vendas de máquinas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), que apontam para 9,5 milhões de hectares cobertos com irrigação em 2025. Segundo Jordana Girardello, assessora técnica da Comissão Nacional de Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), esse volume representa 4,34% da área cultivável do país (188,7 milhões de hectares relativos a florestas plantadas, pastagens plantadas e lavouras). Nos Estados Unidos, o percentual é de 17%; na Índia, de 34%; e na China, de 51%.

“Os equipamentos são caros, um pivô central custa cerca de R\$ 15 milhões por hectare, o sistema de gotejamento chega a R\$ 20 milhões por hectare. E o empreendimento precisa ter outorga federal ou estadual a depender do corpo hídrico envolvido”, afirma Girardello. Ela considera que a ANA está buscando cada vez mais eficiência na liberação das outorgas. “Já em alguns Estados, os métodos são precários, e o produtor leva até oito anos para saber se pode usar a água. Estamos tentando junto à ANA que os Estados possam usar o seu sistema.”

Ana Paula Fioreze, superintendente de estudos hídricos e socioeconômicos da ANA, diz que, hoje, já há, inclusive, outorgas automáticas, e a agência vem testando novos modelos em um sandbox regulatório. Em relação aos Estados, as bases de dados já foram integradas e o uso do novo Sistema Federal de Regulação de Uso (Regla) — ferramenta

de solicitação de outorgas de direito de uso de recursos hídricos da União — está sendo negociado com Goiás, Minas Gerais, São Paulo e outros Estados.



Ana Paula Fioreze, superintendente de estudos hídricos e socioeconômicos da ANA, diz que, hoje, já há outorgas automáticas, e a agência vem testando novos modelos em um sandbox regulatório — Foto: Filipe Marques

Fernanda Stefanelo, sócia das áreas ambiental e ESG do escritório Demarest Advogados, considera que o rigor na concessão das outorgas se deve também à necessidade de assegurar a qualidade da água que será usada na irrigação. “O tempo das análises também é crítico. Se é um período de escassez hídrica, o produtor terá dificuldade, porque a Política Nacional de Recursos Hídricos prevê usos prioritários para a dessedentação humana e de animais”, explica.

Fioreze, da ANA, esclarece que, a partir dessas duas prioridades — consumo humano e consumo animal —, quem estabelece as outras prioridades são os comitês de bacias hidrográficas integrados por poder público, usuários de água, academia e sociedade civil daquela comunidade.

Para Paulo Ziccardi, diretor de agronegócios da Accenture, cada vez mais o uso de dados permitirá aos produtores dimensionar o real impacto do emprego dos fatores de produtividade exatamente para a sua lavoura: “A água será usada na fase certa e na quantidade certa”.

Adilson Martins, sócio-líder para o setor de agronegócio da Deloitte, destaca que, como o Brasil tinha condições climáticas muito bem segmentadas e a tecnologia de irrigação exigia um grande investimento, o produtor concluía que o ganho obtido não valia a pena. “Hoje, não temos mais uma situação climática tão regular por causa de ciclos de El Niño e La Niña cada vez mais recorrentes. E a pressão por produtividade é um fator de margem para o produtor”, analisa.

Um entrave para a expansão da área irrigada é relativo à energia elétrica. O estudo “Avaliação da Demanda Energética na Agricultura Irrigada para Apoio na Condução de Políticas Públicas do Planejamento Setorial”, encomendado pela CNA à Universidade Federal de Itajubá (MG), identificou demanda reprimida em todas as regiões com elevada concentração de agricultura irrigada e revelou que a energia que chega ao campo ainda é deficitária e não atende a contento as áreas irrigadas.

Cláudio Cândido Lima, diretor-geral da fornecedora global de soluções de irrigação Lindsay, diz que a falta de rede de distribuição de energia é um dos fatores que mais aumentam os custos dos projetos, que são caros porque precisam ser customizados, mas que os benefícios são expressivos. “A irrigação aumenta entre 35% e 50% a produtividade da soja, do feijão e do algodão e em mais de 100% a do milho, sem a necessidade de desmatar novas áreas.” A dificuldade de acesso ao crédito também tem sido um empecilho, considera Lima.

Em 2025, o Plano Safra destinou R\$ 2,75 bilhões à linha Pró-Irriga, o que daria para atender a 60% da demanda do mercado. No plano 2023/2024, dos R\$ 2,37 bilhões prometidos, apenas R\$ 1,48 bilhão foi liberado, e desse volume apenas 62% foram aplicados, devido às exigências bancárias.



Segundo Jordana Girardello, assessora técnica da Comissão Nacional de Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), lentidão para obter autorização em alguns Estados é empecilho — Foto: Larissa Melo/Divulgação

